

Panorama

POLÍTICO

Embargo auricular — I

Dizia-sem ontem na Constituinte que o Relator Bernardo Cabral foi suscetível a um "embargo auricular", quando modificou o artigo referente ao papel das Forças Armadas em seu anteprojeto, considerado um dos motivos da intervenção do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, na reunião do Planalto.

Não foram entretanto apenas os Deputados José Genoíno (PT) e Brandão Monteiro (PDT) os autores do referido "embargo" ao pé da orelha. Na reunião com "progressistas", na tarde de quarta-feira, estavam ao lado de Cabral os relatores adjuntos Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim, Wilson Martins e Adol-

pho de Oliveira. E pediam modificações os Deputados Genoíno e Brandão, mais Valdo Barbosa, Paulo Ramos e Nelton Friederich.

Eles tentaram mudar a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho, mas, sem chances, mudaram de tecla e convenceram Cabral a mexer na definição do papel das Forças Armadas. O texto que prevaleceu foi copiado do anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, que estava sobre a mesa.

Os próprios "progressistas" se surpreenderam com a aceitação de Cabral, enquanto o Senador Fernando Henrique o advertia: "Isso vai dar confusão". Deu.

...

Embargo auricular — II

As lideranças formais da Constituinte não perdoam ao Relator Bernardo Cabral a concessão feita aos "progressistas" na definição do papel das Forças Armadas, causa, segundo entendem, da mais grave reação política até hoje ocorrida em todo o processo de transição para a plenitude democrática. Boa parte das lideranças acha que — se era para fazer mudanças — Cabral deveria tê-las feito em outros pontos, e não na questão militar. Afinal, ele estivera na véspera com o Ministro do Exército, conhecendo sua indisposição, e recebera diversos emissários militares. Não só ele, como também os relatores adjuntos.



Bernardo Cabral

...